

O ex-presidente da Assembleia da República diz que a dependência externa priva o Governo de autoridade para levantar a voz à Europa

Avanços(?) na construção europeia

João Bosco Mota Amaral

em vindo a tornar-se cada vez mais evidente o poder alemão na liderança da União Europeia. O predomínio dos grandes países ficou já consagrado no Tratado de Lisboa, e a Alemanha é o maior de todos; a solidez, económica e política, germânica, num panorama generalizado de crise e mediocridade, está fazendo o resto.

Os governantes dos outros Estados-membros da UE e até a própria opinião pública de cada um deles voltam-se para Berlim reclamando soluções, cortejam a chancelerina procurando ganhar-lhe as boas graças ou exautoram-na responsabilizando-a por aquilo que são afinal as consequências de comportamentos delirantes e erróneos adotados dentro das fronteiras nacionais.

Com algumas hesitações e reticências lá vai Angela Merkel formulando as suas respostas ao generalizado clamor. Mas deixa também claro que a Alemanha e os alemães não estão dispostos a assumir mais encargos sem que as medidas de férrea disciplina que adotaram e são a chave de seu sucesso sejam alargadas a todo o espaço da União.

O enquadramento apresentado para a chamada governação económica europeia caracteriza a linha de rumo enunciada. O primeiro-ministro José Sócrates, na sua habitual grandiloquência, saudou o novo passo como histórico — talvez por ficar assim aliviado de tomar decisões difíceis, que passam a ser impostas do exterior, mas sem intervenção do FMI, embora com conteúdo idêntico, senão até mais gravoso.

Já a euforia socratiana com o Tratado de Lisboa fora de estranhar, quando dele deriva uma menorização dos países pequenos no funcionamento da União e Portugal é um deles. O visto prévio europeu às grandes linhas do OE,

com evidentes sinais de tutela, foi acolhido com análoga exultação. Agora é a governação económica europeia que impele o primeiro-ministro a convocar os portugueses ao regozijo por mais um passo em frente na pendente da irrelevância nacional e da submissão.

Do primeiro-ministro de Portugal esperava-se, pelo menos, que desse sinais de apreensão pelo modo como se está processando agora a integração europeia, sem respeito pelo princípio da igualdade dos Estados-membros. E pela sistemática marginalização da Comissão Europeia, no papel tida como garante dos tratados e detentora da iniciativa comunitária, na prática ultrapassada, em questões chave, pelos *diktats* do motor franco-alemão, por sinal com a componente francesa bastante enfraquecida. Mas a dependência dos fundos europeus e a urgente necessidade de novas medidas de apoio privam o Governo português de qualquer autoridade para levantar a voz.

O Governo tem de assumir a responsabilidade pela contínua degradação do nosso país no *ranking* europeu da riqueza e bem-estar, ultrapassado ano após ano por mais um dos recém-admitidos na União. E pelo agravamento exponencial da dívida externa, que é o que está arrasando o poder e o crédito de Portugal e abrindo brechas na solidez da moeda europeia.

Disso fogem José Sócrates e o seu núcleo duro no Governo e no PS, cobrindo a fuga com ações propagandísticas, desenhadas para passar nos telejornais, com intuítos anestésiantes.

CRISTINA SAMPAIO

